

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

---

**SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV**  
**DECRETO Nº 21.531, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Aprova o Regimento Interno da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, instituída pela Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025, e dá outras providências.

**OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 025.000086/2025-59.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Regimento Interno da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, instituída pela Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025, constante do Anexo Único que integra este Decreto.

**Art. 2 º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO BARRETO DE MORAES**  
Prefeito

**ANEXO ÚNICO**  
**REGIMENTO INTERNO DA AGÊNCIA REGULADORA DOS**  
**SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS E DE**  
**DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO –**  
**ARDPV**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** A Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, instituída pela Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025, é uma autarquia sob regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional.

**Art. 2º** A ARDPV tem por finalidade exercer o poder regulador, normativo, fiscalizador e sancionador sobre os serviços públicos delegados, inclusive aquele objeto de concessão, permissão ou autorização, nos termos da legislação específica e dos contratos ou atos que formalizam a delegação.

**Art. 3º** Compete à ARDPV regular, normatizar, controlar e fiscalizar os serviços públicos municipais delegados, bem como exercer as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.013/2025.

**Art. 4º** As competências, estrutura organizacional, composição de conselhos e demais matérias previstas na Lei Complementar nº 1.013/2025 aplicam-se integralmente à ARDPV, cabendo a este Regimento apenas a disciplina regulamentar e operacional complementar.

**CAPÍTULO II**  
**DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS DA ENTIDADE**

**Art. 5º** São objetivos institucionais da ARDPV:

I – promover a regulação técnica e econômica dos serviços públicos delegados, visando à eficiência, modicidade tarifária e qualidade na prestação;

II – garantir os direitos dos usuários;

III – fomentar a inovação, sustentabilidade e boas práticas;

IV – cooperar com órgãos de controle e demais agências reguladoras;

V – promover transparência e participação social; e

VI – contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Município por meio da boa regulação dos serviços públicos essenciais.

**Art. 6º** A estrutura organizacional da ARDPV compreende:

I – Diretoria Colegiada;

II – Presidência;

III – Vice-Presidência;

IV – Diretorias (Administrativa e Financeira, Jurídica, Técnica e Operacional, de Regulação Econômica e Tarifária, de Desenvolvimento e Sustentabilidade);

V – Gerências Técnicas e Administrativas;

VI – Controladoria Interna;

VII – Secretaria Executiva;

VIII – Ouvidoria;

IX – Conselho Regulatório;

X – Conselho de Desenvolvimento;

XI – Divisões e Setores de Apoio.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 7º** A Diretoria Colegiada é o órgão máximo de deliberação normativa, estratégica e recursal da ARDPV.

### **CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS**

#### **SEÇÃO I DA DIRETORIA COLEGIADA**

**Art. 8º** A Diretoria Colegiada reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês, em dia e horário fixados em calendário anual aprovado pela própria Diretoria Colegiada, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por solicitação de, no mínimo, três Diretores.

§ 1º As reuniões ordinárias poderão ser canceladas por decisão do Diretor-Presidente, quando não houver matéria a ser deliberada.

§ 2º As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo em casos de urgência, quando a convocação poderá ser feita com antecedência mínima de 2 (duas) horas.

§ 3º A convocação das reuniões será feita mediante comunicação escrita ou eletrônica, acompanhada da respectiva pauta.

**Art. 9º** As reuniões serão instaladas com a presença mínima de 4 (quatro) Diretores, incluindo o Diretor-Presidente ou seu substituto legal.

**Parágrafo único.** Não havendo quórum na data designada, a reunião será adiada para o primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário, ocasião em que se instalará com a maioria absoluta dos Diretores empossados, incluindo obrigatoriamente o Diretor-Presidente ou seu substituto legal.

**Art. 10.** As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, cabendo ao Diretor-Presidente voto de qualidade em caso de empate.

**Art. 11.** As reuniões serão públicas, salvo matérias sujeitas a sigilo legal. As atas deverão ser publicadas no sítio eletrônico no prazo de 30 (trinta) dias após aprovação.

§ 1º A publicidade das reuniões será assegurada mediante:

I - Divulgação prévia da pauta no sítio eletrônico da ARDPV com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e em mural nas dependências da ARDPV;

II - Transmissão ao vivo das reuniões, quando possível; e

III - disponibilização das atas no sítio eletrônico da ARDPV.

§ 2º Serão reservadas as reuniões que versarem sobre:

I - Matérias sujeitas a sigilo legal;

II - Informações comerciais sensíveis das empresas reguladas;

III - Questões de segurança pública ou nacional;

IV - Processos administrativos sancionadores em fase de instrução.

**Art. 12.** Das reuniões da Diretoria Colegiada serão lavradas atas circunstanciadas, que conterão:

I - Data, horário de início e término da reunião;

II - Relação dos Diretores presentes;

III - resumo dos assuntos tratados;

IV - Teor das deliberações tomadas;

V - Resultado das votações, com indicação dos votos vencidos, quando houver;

VI - Declarações de voto, quando solicitadas pelos Diretores.

§ 1º As atas serão elaboradas pela Secretaria Executiva e submetidas à aprovação na reunião seguinte.

§ 2º As atas aprovadas serão assinadas por todos os membros presentes na reunião, além do Diretor-Presidente e do Secretário.

§ 3º A assinatura poderá ser realizada de forma física ou eletrônica, em meio digital certificado, assegurada a integridade do documento.

§ 4º As atas serão disponibilizadas no sítio eletrônico da ARDPV no prazo de até 30 (trinta) dias após sua aprovação.

**Art. 13.** A Diretoria Colegiada poderá convidar especialistas, representantes de entidades reguladas, usuários ou outros interessados para prestar esclarecimentos sobre matérias em discussão.

§ 1º Os convidados não terão direito a voto.

§ 2º A participação de convidados será registrada em ata.

**Art. 14.** Em caso de impedimento ou suspeição de algum Diretor, este deverá declarar-se impedido antes do início da discussão da matéria.

§ 1º O impedimento ou suspeição será registrado em ata.

§ 2º O Diretor impedido ou suspeito não participará da discussão nem da votação da matéria.

**Art. 15.** Em caso de vacância temporária ou afastamento legal do Diretor-Presidente por período de até 30 (trinta) dias, este será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 1º Na hipótese de impedimento ou vacância simultânea do Diretor-Presidente e do Vice-Presidente, a Diretoria Colegiada deliberará, por maioria absoluta, a escolha do substituto dentre seus membros.

§ 2º O substituto exercerá interinamente a Presidência até o retorno do titular ou até nova designação formal pela autoridade competente.

§ 3º A substituição temporária não suspende o mandato do Diretor substituído, que reassumirá suas funções originárias após o término do afastamento.

## **SEÇÃO II DO CONSELHO REGULATÓRIO**

**Art. 16.** O Conselho Regulatório observará a composição e as regras estabelecidas no art. 30 da Lei Complementar nº 1.013/2025, cabendo a este Regimento detalhar seu funcionamento, reuniões, quórum e câmaras setoriais.

§ 1º Em caso de ausência de qualquer um dos membros, o respectivo suplente o substituirá automaticamente (art. 30, § 1º, da Lei Complementar nº 1.013/2025).

§ 2º Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados simultaneamente, conforme o caso (art. 30, § 2º da Lei Complementar nº 1.013/2025).

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Regulatório será de 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução, observadas as mesmas condições da primeira investidura (art. 30, § 3º da Lei Complementar nº 1.013/2025).

§ 4º Nos casos de exoneração, término de vínculo jurídico-administrativo ou extinção de mandato parlamentar de qualquer dos membros previstos nos incisos III a VIII *docaput*, caberá aos respectivos órgãos indicar os substitutos, que exercerão o mandato apenas pelo período remanescente, nos termos do art. 30, § 4º, da Lei Complementar nº 1.013/2025.

### **Subseção I Do Funcionamento, Reuniões e Quórum**

**Art. 17.** O Conselho Regulatório reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º As reuniões poderão ser presenciais, virtuais ou híbridas, garantidas condições de participação, acesso aos documentos, registro de presença e integridade da gravação e da ata.

§ 2º A convocação será feita por comunicação escrita ou eletrônica com pauta e documentos de suporte.

**Art. 18.** O Conselho Regulatório somente se reunirá com quórum mínimo de maioria absoluta dos membros empossados.

§ 1º As deliberações terão natureza consultiva e serão aprovadas por maioria simples dos presentes, ressalvados os casos em que este Regimento exigir quórum distinto.

§ 2º Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente presidirá a reunião.

**Art. 19.** As sessões e deliberações do Conselho Regulatório são públicas; a ata, com a transcrição fiel das deliberações, será concluída em até 10 (dez) dias e disponibilizada para consulta pública.

§ 1º A Secretaria Executiva proverá o apoio administrativo necessário ao Conselho Regulatório.

§ 2º O funcionamento detalhado do Conselho será disciplinado por este Regimento.

**Art. 20.** Das ausências:

I – As ausências deverão ser justificadas por escrito ao Presidente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a reunião;

II – Atingidos 3 (três) encontros consecutivos ou 5 (cinco) alternados, no período de 12 (doze) meses, sem justificativa idônea, o Presidente instaurará procedimento para declaração de perda do mandato do membro faltoso, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

III – A perda do mandato, quando se tratar de membro indicado por órgão ou entidade, será comunicada à autoridade indicante para providências de substituição, sem prejuízo da substituição imediata pelo respectivo suplente.

## **Subseção II**

### **Das Câmaras Setoriais de Regulação**

**Art. 21.** O Conselho Regulatório será constituído por Câmaras Setoriais de Regulação, de caráter consultivo, uma para cada serviço público regulado, controlado e fiscalizado pela ARDPV, observadas as competências definidas neste Regimento (art. 29, § 2º, da Lei Complementar nº 1.013/2025).

**Art. 22.** Terão assento junto a cada Câmara Setorial de Regulação:

I – 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos usuários dos serviços públicos regulados;

II – 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente das empresas operadoras dos serviços públicos regulados;

III – 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente da ARDPV, indicados pela Diretoria Colegiada.

§ 1º Os representantes dos usuários serão eleitos em processo público pelas entidades de classe, sindicais e associativas representativas, conforme normas definidas em regulamento, com base em proposta da ARDPV (art. 29, § 7º da Lei Complementar nº 1.013/2025).

§ 2º Os representantes das empresas operadoras serão indicados pelas respectivas entidades representativas, nos termos de regulamento específico.

§ 3º O representante da ARDPV terá função técnica de secretariar os trabalhos, consolidar informações e prestar suporte técnico, assegurando alinhamento institucional às recomendações da Câmara.

§ 4º A atuação das Câmaras é consultiva e seus pareceres e recomendações serão encaminhados ao Plenário do Conselho Regulatório (art. 29, § 3º da Lei Complementar nº 1.013/2025).

§ 5º As reuniões das Câmaras poderão ser presenciais, virtuais ou híbridas, observados os mesmos parâmetros de convocação, quórum consultivo e publicidade previstos nesta Seção.

§ 6º A Diretoria Colegiada poderá autorizar a participação de outros servidores da ARDPV, com direito a voz e sem voto, quando a complexidade da matéria em pauta exigir apoio técnico adicional.

## **SEÇÃO III**

### **DA OUVIDORIA**

**Art. 23.** Compete à Ouvidoria receber, examinar, encaminhar e acompanhar manifestações, reclamações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de informação dos cidadãos; atuar como instância de mediação e resolução preliminar de conflitos entre usuários e prestadores dos serviços públicos regulados, bem como as atribuições definidas no Art. 20 da Lei Complementar nº 1.013 de 19 de maio de 2025.

**Art. 24.** A Ouvidoria deverá responder às manifestações de usuários no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa fundamentada.

§ 1º Quando a demanda depender de informações técnicas de outros setores da Agência, estes deverão prestar subsídios à Ouvidoria no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo será comunicado à Diretoria Colegiada.

**Art. 25.A** Ouvidoria publicará relatório anual de atividades, consolidando dados de manifestações, índices de solução e recomendações, assegurando transparência e controle social.

#### **SEÇÃO IV DA SECRETARIA EXECUTIVA**

**Art. 26.A** Secretaria Executiva é unidade de apoio administrativo da ARDPV, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, com a função de secretariar reuniões, organizar registros e arquivos, e prestar suporte administrativo e logístico à Presidência, à Diretoria Colegiada e aos Conselhos, vedada a assunção de atribuições próprias das Diretorias finalísticas.

**Parágrafo único.** A Secretaria Executiva tem natureza de função de apoio técnico-administrativo, não constituindo órgão autônomo da estrutura organizacional da Agência.

#### **SEÇÃO V DAS GERÊNCIAS TÉCNICAS – GETEC**

**Art. 27.** Compete às Gerências Técnicas – GETEC executar atividades técnicas de regulação, fiscalização, monitoramento e avaliação nos setores específicos como abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, transporte público, mobilidade urbana, iluminação pública e outros serviços públicos delegados, bem como as atribuições definidas no Art. 26 da Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025.

#### **SEÇÃO VI DO CONTROLE INTERNO**

**Art. 28.** Compete à Controladoria Interna promover auditorias internas e operacionais nos atos administrativos, contratos, convênios e demais instrumentos jurídicos celebrados pela ARDPV; verificar a legalidade, legitimidade, economicidade, bem como as atribuições definidas no Art. 18 da Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025.

**Art. 29.A** Controladoria Interna elaborará e publicará plano anual de auditoria e relatório de execução.

**Parágrafo único.** O relatório anual de auditoria, resguardadas informações sigilosas, deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico da ARDPV, garantindo transparência à sociedade.

**Art. 30.A** ARDPV instituirá Programa de Integridade e Gestão de Riscos, com as seguintes diretrizes:

- I – Prevenção e tratamento de conflitos de interesse;
- II – Promoção da transparência e ética institucional;
- III – Adoção de práticas de controle interno voltadas à gestão de riscos regulatórios;
- IV – Publicação anual de relatório de integridade e conformidade, disponibilizado no sítio eletrônico oficial.

#### **SEÇÃO VII DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO**

**Art. 31.** O Conselho de Desenvolvimento observará a composição, forma de indicação, mandato e substituição de seus membros, nos termos do art. 35 da Lei Complementar nº 1.013/2025.

**§ 1º** Compete ao Conselho organizar seus trabalhos, observando:

- I – Reuniões ordinárias bimestrais e extraordinárias sempre que convocadas por seu Presidente ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros;
- II – Elaboração de atas circunstanciadas, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário designado;
- III – Publicidade de suas deliberações, que terão natureza consultiva, devendo ser encaminhadas à Diretoria Colegiada da ARDPV;
- IV – Justificativa obrigatória em caso de ausência, sob pena de comunicação à Diretoria Colegiada.

**§ 2º** A Diretoria Colegiada poderá instituir câmaras técnicas temporárias no âmbito do Conselho de Desenvolvimento para exame de matérias específicas, assegurada a participação de representantes dos órgãos e entidades que o compõem.

#### **Subseção I Do Funcionamento, Reuniões e Quórum**

**Art. 32.**O Conselho de Desenvolvimento reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros, nos termos do art. 36 da Lei Complementar nº 1.013/2025.

§ 1º As reuniões poderão ser presenciais, virtuais ou híbridas, garantidas condições de participação, acesso aos documentos, registro de presença e integridade da gravação e da ata.

§ 2º A convocação será feita por comunicação escrita ou eletrônica com pauta e documentos de suporte.

**Art. 33.**O Conselho de Desenvolvimento somente se reunirá com quórum mínimo de maioria absoluta dos membros empossados.

§ 1º As deliberações terão natureza consultiva e serão aprovadas por maioria simples dos presentes, ressalvados os casos em que este Regimento exigir quórum distinto.

§ 2º Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente presidirá a reunião.

**Art. 34.**As sessões e deliberações do Conselho de Desenvolvimento são públicas; a ata, com a transcrição fiel das deliberações, será concluída em até 10 (dez) dias e disponibilizada para consulta pública.

§ 1º A Secretaria Executiva proverá o apoio administrativo necessário ao Conselho de Desenvolvimento.

§ 2º O funcionamento detalhado do Conselho será disciplinado por este Regimento.

§ 3º A aprovação da ata na reunião seguinte não impede a imediata aplicação das decisões deliberadas, as quais produzirão efeitos jurídicos a partir de sua adoção, salvo disposição expressa em sentido contrário.

**Art. 35.**Das ausências:

I – As ausências deverão ser justificadas por escrito ao Presidente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a reunião;

II – Atingidos 3 (três) encontros consecutivos ou 5 (cinco) alternados, no período de 12 (doze) meses, sem justificativa idônea, o Presidente instaurará procedimento para declaração de perda do mandato do membro faltoso, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

III – A perda do mandato, quando se tratar de membro indicado por órgão ou entidade, será comunicada à autoridade indicante para providências de substituição, sem prejuízo da substituição imediata pelo respectivo suplente.

## **Subseção II**

### **Das Competências**

**Art. 36.**Compete ao Conselho de Desenvolvimento: Sugerir diretrizes, programas e ações voltadas à inovação regulatória, à transformação institucional e à melhoria dos serviços públicos regulados; avaliar projetos estratégicos de desenvolvimento institucional propostos pela Diretoria de Desenvolvimento, bem como as atribuições definidas no Art. 34 da Lei Complementar nº 1.013 de 19 de maio de 2025.

**Art. 37.**As recomendações do Conselho Regulatório e do Conselho de Desenvolvimento deverão ser analisadas pela Diretoria Colegiada em até 60 (sessenta) dias, com publicação de relatório de acolhimento ou rejeição fundamentada no sítio eletrônico da ARDPV.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PROCESSO DECISÓRIO E DA ATIVIDADE NORMATIVA**

**Art. 38.**O processo decisório e a atividade normativa da ARDPV observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório, ampla defesa, motivação, razoabilidade e economicidade.

**Art. 39.**São instrumentos oficiais da atividade normativa da ARDPV:

I – Resoluções da Diretoria Colegiada;

II – Portarias da Presidência;

III – Instruções Normativas;

IV – Notas Técnicas; e

V – Recomendações e Orientações Regulamentares.

**Art. 40.**Os processos administrativos deverão ser autuados conforme sua natureza e finalidade, observando as seguintes siglas padronizadas:

I – PAREG – Processo Administrativo Regulatório Geral;

II – PAAI – Processo Administrativo de Acompanhamento de Investimentos;

III – PAAT – Processo Administrativo de Alteração Tarifária;

IV – PART – Processo Administrativo de Revisão Tarifária;

V – PAABS – Processo Administrativo de Avaliação de Bens e Serviços;  
VI – PACIR – Processo Administrativo de Cumprimento de Itens Regulados;  
VII – PACEC – Processo Administrativo de Cumprimento de Exigências Contratuais;  
VIII – PACEP – Processo Administrativo de Cumprimento de Exigências de Prazos;  
IX – PACEA – Processo Administrativo de Cumprimento de Exigências Ambientais;  
X – PROGO – Processo Administrativo Ordinário de Gestão Operacional.

**Art. 41.** Todos os processos deverão conter, no mínimo:

- I – Termo de abertura e numeração padronizada;
- II – Identificação do interessado ou parte envolvida;
- III – Fundamentação técnica e jurídica;
- IV – Manifestação da Diretoria Jurídica (DJUR), quando necessário;
- V – Relatórios e documentos técnicos de apoio à decisão;
- VI – Registro das decisões colegiadas, quando aplicável.

**Art. 42.** A Diretoria Jurídica deverá ser consultada previamente sobre matérias que envolvam interpretação normativa, sanção, reequilíbrio econômico-financeiro ou temas de alta complexidade jurídica.

**Art. 43.** Nos processos de natureza sancionadora ou fiscalizatória, será assegurado o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, com prazos regulamentares para manifestação e apresentação de provas.

**Art. 44.** O processo sancionador observará, além do devido processo legal:

- I – Tipificação clara das infrações, conforme regulamentos específicos;
- II – Graduação das sanções em função da gravidade, reincidência e consequências da infração;
- III – prazos mínimos de 15 (quinze) dias para defesa e 10 (dez) dias para recursos;
- IV – Instância recursal interna perante a Diretoria Colegiada, com efeito suspensivo;
- V – Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em hipóteses de menor gravidade;
- VI – As decisões da Diretoria Colegiada em grau recursal constituem última instância administrativa, sendo passíveis apenas de revisão judicial.

**Art. 45.** A publicidade dos atos será garantida por meio da divulgação em sítio eletrônico oficial da ARDPV, salvo em casos de sigilo legalmente fundamentado.

**Art. 46.** A ARDPV adotará sistema eletrônico de gestão processual e documental, assegurando:

- I – Numeração única e padronizada para todos os processos e expedientes;
- II – integridade, autenticidade e preservação digital dos autos;
- III – Acesso público às informações, resguardados os casos de sigilo legal;
- IV – Transparência e rastreabilidade dos atos administrativos e regulatórios;
- V – Interoperabilidade com órgãos e entidades de controle;
- VI – Observância às normas de arquivologia, preservação digital e Lei de Acesso à Informação.

**Parágrafo único.** Os documentos eletrônicos produzidos ou recebidos pela ARDPV terão a mesma validade jurídica dos documentos físicos, desde que observados os requisitos de autenticidade e integridade previstos em lei.

**Art. 47.** Quando a matéria objeto do processo envolver relevante impacto regulatório, deverá ser precedida de Análise de Impacto Regulatório (AIR), com consulta ou audiência pública, conforme previsto em regulamento próprio.

§ 1º A AIR deverá conter diagnóstico do problema, identificação de alternativas regulatórias, análise de custos e benefícios, impacto sobre os agentes regulados e proposta de minuta normativa.

§ 2º A AIR deverá ser concluída no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável até duas vezes por igual período, mediante decisão fundamentada da Diretoria Colegiada.

**Art. 48.** As decisões da Diretoria Colegiada que tenham caráter normativo serão formalizadas por meio de Resolução e publicadas com ampla divulgação.

## SEÇÃO ÚNICA

### DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

**Art. 49.**A ARDPV poderá realizar audiências públicas para debater matérias de relevante interesse público, com o objetivo de coletar subsídios e informações para o processo decisório e normativo.

§ 1º A realização de audiência pública será precedida de ampla divulgação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, por meio do sítio eletrônico da ARDPV e outros meios de comunicação.

§ 2º O aviso de audiência pública deverá conter:

I - O objeto da audiência;

II - a data, horário e local de sua realização;

III - a forma de participação dos interessados;

IV - a disponibilização dos documentos e informações pertinentes.

**Art. 50.**A audiência pública será conduzida por um Diretor da ARDPV, designado pelo Diretor-Presidente, que terá a responsabilidade de coordenar os trabalhos, garantir a ordem e o respeito às regras estabelecidas.

§ 1º Será assegurada a participação de todos os interessados, que poderão apresentar manifestações orais ou escritas, observando o tempo e a forma definidos previamente.

§ 2º As manifestações orais serão registradas em ata e, quando possível, gravadas em áudio e vídeo.

**Art. 51.**Os subsídios e informações coletados nas audiências públicas serão analisados pela ARDPV e considerados no processo decisório e normativo.

§ 1º A ARDPV deverá divulgar, em seu sítio eletrônico, um relatório consolidado das contribuições recebidas e a forma como foram consideradas nas decisões.

§ 2º A não realização de audiência pública não invalida o ato ou a decisão, mas a sua realização é recomendada para matérias de grande impacto social ou econômico.

**Art. 52.**A ARDPV poderá realizar consultas públicas, por meio eletrônico, para coletar opiniões e sugestões sobre propostas de atos normativos ou outras matérias de interesse público, observando os princípios da publicidade e da transparência.

**Parágrafo único.**As contribuições recebidas em consultas públicas deverão ser analisadas e respondidas em relatório específico, indicando as justificativas para seu acolhimento ou rejeição, o qual será publicado no sítio eletrônico da ARDPV.

## CAPÍTULO VI

### DA AGENDA REGULATÓRIA E DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

**Art. 53.**A Agenda Regulatória da ARDPV é o instrumento de planejamento anual das ações regulatórias prioritárias, com o objetivo de garantir previsibilidade, transparência e participação social no processo regulatório.

**Art. 54.**A Agenda Regulatória será elaborada pela Diretoria Colegiada, com base em critérios de relevância, impacto social, complexidade técnica, riscos regulatórios e demanda da sociedade.

**Art. 55.**A elaboração da Agenda observará as seguintes etapas:

I – Proposição de temas pelas diretorias, conselhos e sociedade;

II – Consulta pública preliminar sobre as prioridades temáticas;

III – Consolidação, aprovação e publicação da Agenda no sítio eletrônico oficial da ARDPV;

IV – Avaliação periódica de cumprimento e revisões, se necessário.

**Art. 56.**Os temas constantes da Agenda Regulatória deverão ser objeto de estudos técnicos, consulta pública, audiência pública e Análise de Impacto Regulatório (AIR), salvo justificativa fundamentada.

**Art. 57.**A AIR observará metodologia baseada nas boas práticas regulatórias, com análise de custos, benefícios, alternativas regulatórias e impactos setoriais.

**Parágrafo único.**A ARDPV poderá adotar modelos e diretrizes da Instrução Normativa da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Governo Federal, adaptando-os à sua realidade local.

**Art. 58.**As contribuições recebidas nas fases de consulta e audiência pública serão respondidas em relatório específico, contendo justificativas para acolhimento ou rejeição, o qual será publicado no sítio eletrônico da ARDPV.

**Art. 59.**A ARDPV publicará, até 31 de março de cada ano, relatório consolidado de atividades referentes ao exercício anterior, contendo:



- I – Síntese das ações de fiscalização, regulação e normatização;
  - II – Dados de desempenho institucional e indicadores de qualidade dos serviços regulados;
  - III – cumprimento da Agenda Regulatória;
  - IV – Informações sobre audiências e consultas públicas realizadas;
  - V – Análise da atuação da Ouvidoria e do Controle Interno.
- Parágrafo único.** O relatório será disponibilizado no sítio eletrônico da Agência e encaminhado ao Prefeito e à Câmara Municipal.

## **CAPÍTULO VII DA PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE**

**Art. 60.** Considera-se conflito de interesse a situação em que o interesse privado possa comprometer a imparcialidade, a objetividade ou a legalidade das decisões da ARDPV.

**Art. 61.** Estão sujeitos a estas regras os membros da Diretoria, Conselhos, Ouvidoria, Controladoria, servidores e colaboradores que atuem em processos regulatórios ou administrativos da ARDPV.

**Art. 62.** Os agentes deverão declarar impedimento quando identificarem situação de conflito de interesse, abstendo-se de participar de discussões ou decisões relacionadas.

**Art. 63.** A forma de apresentação de declarações, prazos, procedimentos e consequências pela omissão serão disciplinados em regulamento próprio da ARDPV.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 64.** O presente Regimento Interno entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, período em que a Agência deverá adotar providências administrativas e de capacitação para sua implementação.

**Parágrafo único.** A Presidência publicará, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação deste Regimento, cronograma de implantação com etapas, prazos e responsáveis, assegurando a adaptação progressiva dos setores.

**Art. 65.** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência ad referendum da Diretoria Colegiada.

**§ 1º** A decisão presidencial deverá ser submetida à ratificação colegiada na primeira reunião subsequente ou, no máximo, em até 30 (trinta) dias.

**§ 2º** Decorrido o prazo sem deliberação, a decisão perderá eficácia, salvo se já tiver produzido efeitos jurídicos irreversíveis.

**§ 3º** As decisões ad referendum deverão ser instruídas com parecer prévio da Diretoria Jurídica, quando envolverem matéria de relevância normativa ou regulatória.

**Art. 66.** O Regimento Interno deverá ser disponibilizado em meio físico e digital, com acesso público e irrestrito por meio do sítio eletrônico oficial da ARDPV.

**Art. 67.** Este Regimento Interno será interpretado em conformidade com a Lei Complementar nº 1.013/2025, e em caso de eventual alteração legislativa, prevalecerá o disposto na lei, devendo este regimento ser atualizado para assegurar a necessária compatibilidade normativa.

**Publicado por:**

Júlia Roberta Melgar Pereira

**Código Identificador:**FA0302F7

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 14/11/2025. Edição 4110

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>